



São Paulo, 03 de outubro de 2017.

Presentes: Nathália Oliveira (C.C. É de Lei e Presidência do COMUDA), Maria Angélica Comis (ABRAMD), Lindilene Toshie Shimabukuro (Inst. Sedes Sapientiae), Rubens Kushimmizo Rodrigues Xavier (Inst. Sedes Sapientiae), Cecília Motta (Projeto Quixote), Vânia Luzia Cabrea (Fund. Porta Aberta) Alcione Moreno (Fund Porta Aberta), Renato Del Sant (CREMESP), Gisele Nanini Martins (Secretaria Estadual de Educação), Márcia Helena Matsushita (Secretaria Municipal de Educação), Arthur Guerra de Andrade (Secretaria Municipal de Saúde), Nilson Hernandes (Programa Redenção /SMS), Thiago Brianti (SMADS), Ronaldo Luiz Risetto (SMDHC), Michel de Castro Marques, Felipe A. Martins, Amanda G. P. Cândido (SGM), Genivaldo L. Brandão (ADESAF)

Informes

Centro de Convivência É de Lei promove evento “Fórum Aberto Mundaréu da Luz” que começa no dia 4 de outubro, sobre saúde pública, urbanismo e Redução de Danos. Contam com a presença de redutores de danos de Bogotá. Vão fazer um paralelo São Paulo e Bogotá. Debatedores: Thiago Calil, Raquel Rolnik, Alejandro Lanz Sánchez e David Villanueva. Este fórum visa fazer um mapeamento afetivo do território.

Quinta, 5 de outubro o É de Lei inaugura ciclo de formação.

Entre os dias 10 e 20 de outubro, Nathália e Angélica participam do DPA (Conferência Internacional para Reforma de Política de Drogas) em Atlanta.

Gisele (Secretaria estadual de Educação) sugere que essas vivências sejam pauta do próximo encontro do COMUDA

Cecília Motta conta-nos que o Projeto Quixote está ameaçado por pedido de reintegração de posse do terreno onde o prédio do projeto foi construído.. Os trâmites judiciais estão em processo no STJ. Quando consultada sobre o que podemos fazer enquanto COMUDA, Cecília diz que nos manterá informados dos próximos passos, caso sejam necessárias mobilizações.

Arthur Guerra de Andrade (Programa Redenção) apresenta o Balanço Geral do Programa Redenção.

Possibilidade de internação, sempre voluntária;

Equipe multidisciplinar;

Alinhamento com as ações da SMADS em relação à trabalho e família;

Encerraram a fase 1 parceria com PRODAM para montar um aplicativo para monitorar melhor as ações com o paciente do Redenção e avaliar os resultados das ações, o perfil do paciente;

Ações ambulatoriais do caps ADR na Praça Princesa Isabel;

Trabalho com a smads, saúde, educação, trabalho, secretaria de governo;

Reuniões de parceria com empresas que possam empregar os usuários do serviço, com possibilidade de usar testes farmacológicos que comprovem abstinência;



A criação do “Seminário Projeto Redenção e a Rede de Atenção Psicossocial dia 14 de setembro (Projeto Redenção e a Rede de Atenção Psicossocial”, foi efeito das ações de vistoria do Programa Redenção feito pelas 19 entidades e conselhos que compuseram a Comissão de Fiscalização. No seminário foi possível ouvir cada entidade envolvida falando de seu trabalho: Consultório na Rua, SAMU, Hospitais...

Este seminário terá continuidade no dia 18 de outubro falando de serviço de moradias terapêuticas, conversa com a Segurança. Arthur conta que trabalhadores da Secretaria de Saúde se sentem ameaçados quando usuários e traficantes entram nos equipamentos com maior intensidade. Chamam a Guarda Civil Metropolitana. Problematisa o fato de que quando a GCM entra, entra indiscriminadamente. Sente a necessidade de pactuar os modos de atuação. Como entrar?

Sobre este fato, Angélica assinala que é nessas circunstâncias que o trabalho da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania deve atuar, tanto para prevenir, quanto mediar os conflitos entre os usuários e GCM, principalmente realizando discussões nos níveis hierárquicos acima.

No dia 7 de novembro no III Seminário a conversa será com os técnicos da saúde = participação do CREMESP.

No dia 1 de dezembro o Seminário estará voltado para o assunto política.

O Núcleo gestor do programa foi formado para monitorar as ações com cada paciente Arthur ressalta que ao contrário do que se falou sobre o programa inicialmente, a internação não é a finalidade do programa, mas sim o início. A idéia é que após a internação o paciente possa procurar o CAPS para continuar seu tratamento. Esse núcleo vai averiguar qual o limite que vivem os serviços envolvidos para não conseguirem dar um tratamento de qualidade como na rede particular, uma vez que não se trata de falta de dinheiro, nem de pessoal, nem de estrutura e nem de vontade. Outros atores da RAPS devem poder participar para ajudar no andamento dos serviços nos hospitais, etc.

Segundo Arthur, Hotéis tinham uma função essencial no Programa anterior e neste estão soltos e sem diretrizes. Existe a necessidade de identificar uma saída. Precisam de mais pessoas para cuidar dos hotéis. Recurso vai ser passado da Saúde para a SMADS para que essa pasta cuide dos hotéis.

Caps ADR: precisam da aprovação do Plano de Trabalho. A idéia é construir-se em um Centro de gerenciamento para que possa ter um melhor gerenciamento de tantas ações, não só na área da Saúde, tentar entender porque o fluxo aumenta de forma tão intensiva. A idéia é que as ações do CAPS ADR possa ser modelo de ações para outros serviços no país. Poder inserir outros saberes: sociólogos, antropólogos, pois só o conhecimento médico não dá conta.

Outra idéia é que a Residência psiquiátrica do Hospital das clínicas poderia estar junto também. A cada ano entram 30 residentes.

Na parte de prevenção: jovens nas escolas, professores, no setor de comunicação com anúncios procurando retirar o estigma do usuário; nas universidades, igrejas etc.

A ideia é que o plano tenha um levantamento anual do perfil de uso na cidade.



Arthur acha que poderia ter mesmo uma lei em todo o governo que incluía este mapeamento.

20 de outubro:

Decreto Programa Redenção, Lançamento do plano para 2018 e Balanço 2017.

Nathália agradece a presença de outros representantes do município e ressalta o caráter tripartite entre executivo, legislativo e sociedade civil para ter as relações de troca para pensar as ações em relação ao uso de drogas. Enfatiza a importância deste espaço, pois nenhum programa dá conta sozinho de pensar as políticas de drogas abrangendo uma cidade do tamanho de São Paulo. Elogia a inclusão de equipes interdisciplinares, com a inclusão de antropólogos no programa e a possibilidade de expandir as ações não restringindo-as à região central da cidade. Observa o quanto as propostas do plano se ampliaram. A interdisciplinaridade dá a possibilidade de renovar as ações e não repetir formas de atuar que não contemplam as necessidades da população atendida.

Arthur Guerra conta que foi muito ajudado por todos os setores, mesmo com muitas divergências, inclusive na interlocução com Angélica e Nathália.

Nathália aponta a importância do cuidado com os trabalhadores que estão constantemente trabalhando sob pressão da GCM, PM, não conseguem trabalhar seguramente e acabam adoecendo. Esta situação inocula o próprio trabalho do Programa Redenção.

Arthur Guerra traz a questão para pensar, entender como poder atuar: o trabalhador precisa se vincular com o usuário para o trabalho acontecer. Mas existe o traficante. Ele faz parte do cenário. Além do vínculo usuário e trabalhador, tem o vínculo do usuário e o traficante e também o trabalhador e o traficante. Como lidar com essas situações?

Podemos abrir essas questões aqui, mesmo que não possamos sanar neste fórum.

Nathália faz uma observação de que o combate ao tráfico exige um trabalho de inteligência e envolve destinar recursos e trabalho minucioso junto à Segurança Pública. A opção por combater o tráfico nas cenas de uso é como enxugar gelo, pois só aumenta o encarceramento e não resolve a questão do tráfico em si. Existe a necessidade de reformular as políticas e legislações que cuidam dessa questão. EUA atualmente lidam com o fato de que as políticas de encarceramento praticadas até então não dão conta e se vêm obrigados a mudar os paradigmas.

Sobre os exames anti doping como medida condicional para empregar beneficiários do programa nas empresas parceiras. Este exame fere a legislação trabalhista, pois reforça o estigma dentro de uma relação de poder, pois o empregador pode ser usuário precisamos encontrar outros meios. Recaída é retomar o padrão de recaída e não fazer o uso esporádico.



Arthur Guerra pondera que esta conversa sobre o exame anti doping foi preliminar. O exame foi abordado como possibilidade de ser um dos instrumentos de acompanhamento. Fala da necessidade de fazer um diálogo ampliado em relação a trabalho.

Cecília Motta: é importante ter alguém dentro da empresa empregadora acompanhando e fazendo a ponte com CAPS.

Angélica: Muitas pessoas não conseguem acompanhar um emprego formal com número de horas usual (40 hs). Se tem um apoio assistencial é diferente. Importante ter várias opções, formas diferentes de se engajar num trabalho, de acordo com as possibilidades de cada usuário. Sobre o tema da Segurança é necessária a pactuação de lideranças no território. Estas lideranças do território são importantes. É um processo lento de vinculação que é impossibilitado pela violência policial exacerbada. Nesse momento até os trabalhadores estão sendo agredidos. Antes foi feito um trabalho ligado aos direitos humanos junto à a GCM e isso possibilitou vinculação. GCM tem assento no COMUDA, as atualmente não estão participando aqui.

Arthur acha que consegue persuadir para que o pessoal da GCM voltem a participar do COMUDA.

Entendemos que a área da segurança é um terreno espinhoso, precisa ser discutido e entendido. Reclama-se das intervenções, mas sua presença é necessária. Como articular com esse serviço?

Cecília Motta reforça a necessidade de pensar estratégias muito diferentes para que se possa prender os grandes, sem envolver os usuários. As ações de segurança ficam muito indiscriminadas. Poder identificar quem é a pessoa que precisa ser presa. Chama a atenção para o fato de que não ouve falar na Infância e Juventude e fica preocupada, pois essa idade é muito mais promissora em resposta às intervenções do que os adultos.. Nos anos de trabalho do Projeto Quixote na Júlio Prestes, puderam ver o quanto o uso nesta faixa etária é circunstancial ao estar na rua. À medida em que a criança tem outras possibilidades ela realmente sai da cena de tráfico. Quixote foi o único projeto na Julio Prestes e tiveram que entregar o convênio à SMADS.

Angélica conta que Arthur esteve aberto a ouvir, não partidarizando as ações e sente que as conversas anteriores foram contempladas neste plano. Aponta a relevância do trabalho com as festas do município e no campo da prevenção DST/HIV que foi incluída no plano. Unifesp está criando um plano de política de uso de drogas dentro da universidade. Na universidade do ABC, estão fazendo capacitação de coletivos, como o coletivo feminista que faz a segurança das mulheres nos eventos.

Nathália: Redução de Danos nas festas da cidade como Virada Cultural e Carnaval. Poder pensar em ações que possam evitar que ocorram internações por excesso de uso: distribuição de água, tendas com materiais informativos. Que esse tipo de ação possa ser prioridade da gestão. Monitorar as cenas de uso nas festas da juventude na cidade a partir de mapeamento municipal.



Nathália lembra a produção do TAC: Termo de Ajustamento de Conduta . O Ministério Público deve procurar a Prefeitura para entregar o documento.